



Congresso examina amanhã o veto à Lei dos Royalties

Em seguida, senadores e deputados devem analisar os outros mais de 3 mil vetos e o projeto da lei orçamentária de 2013

Senadores e deputados vão se reunir amanhã às 19h para votar os vetos presidenciais à Lei dos Royalties do petróleo e os cerca de 3.200 vetos que estão na pauta. No entanto, segundo Renan Calheiros, desse total, pelo menos 1.478 devem ser declarados prejudicados, porque são referentes a temas que já perderam efeito legal. Mas Renan esclareceu que deputados e senadores poderão apresentar recurso contra essa decisão, conforme prevê o Regimento. **5**



Plataforma P-74 em construção no Estaleiro Inhaúma, Rio de Janeiro: disputa por recursos dos royalties da produção de petróleo opõe estados produtores e não produtores

Luís Riedinger/Agência Petróleos

Congresso vai atualizar o Regimento Comum 3

Fim de 14º e 15º salários dos parlamentares é promulgado 3

Para Cristovam e Jucá, STF acertou ao manter piso dos professores 7

Renan visita veículos de comunicação do Senado

Com precisão e rapidez, o Senado deve oferecer à sociedade informações sobre tudo o que acontece na instituição. A opinião foi expressa pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, na sexta-feira, quan-

do ele visitou as instalações da Rádio, da TV, da Agência, do **Jornal do Senado** e da Supres. Renan elogiou o secretário de Comunicação Social da Casa, Fernando Cesar Mesquita, que se despede da instituição. **2**



Jane de Araújo/Agência Senado

Na redação do **Jornal do Senado**, Renan conversa com jornalistas, entre eles o secretário Fernando Cesar Mesquita (D)

Comissão vota projeto que reduz poluição emitida por carros 8

Projeto incentiva indústria de petróleo na área da Sudene 6

Colegiado analisa Secretaria da Micro e Pequena Empresa 4

GUIA DE FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE O SENADO FEDERAL

Muitas obras, uma publicação

Chegou o *Guia de Fontes de Informação sobre o Senado Federal*: um importante instrumento de consulta sobre o Parlamento brasileiro. Para conhecer o funcionamento e a importância do Poder Legislativo, consulte o guia. **Baixe gratuitamente a versão digital do guia ou compre a versão impressa em www.senado.leg.br/guiafontes**



SECS | SUPRES - Criação e Manutenção

Em Plenário, senadores elogiam o trabalho desenvolvido pelo secretário de Comunicação Social, jornalista Fernando Cesar Mesquita, que está deixando a Casa

Renan visita órgãos de comunicação do Senado

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, visitou sexta-feira os órgãos de comunicação da Casa, manifestando o interesse em que o Legislativo ofereça à sociedade, com precisão e rapidez, informações sobre tudo o que acontece na instituição. Renan foi ao gabinete da Secretaria de Comunicação Social, à Rádio, TV, Agência, **Jornal do Senado** e Subsecretaria de Projetos Especiais (Supres).

Antes, no Plenário, elogiou o secretário de Comunicação Social da Casa, Fernando Cesar Mesquita, que se despede da instituição. Renan disse que sempre admirou o trabalho de Mesquita e recordou o esforço dele para conceber e implementar o serviço de comunicação do Estado brasileiro quando da redemocratização do país. Disse que o jornalista sempre defendeu a liberdade de expressão e a transparência

no trato da coisa pública.

— Aqui no Senado, ele deu contribuições decisivas para criar o sistema de comunicação, para modernizar, para ampliar o sistema de comunicação, para dinamizar a disponibilização de seus conteúdos jornalísticos na internet e em canais multimídia.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) reforçou a homenagem, afirmando que Mesquita é “um grande comunicador e extraordinária figura humana, que tantos serviços presta ao Senado”. Ana Amélia (PP-RS) elogiou o jornalista e a equipe de comunicação.

— Fernando modernizou o processo de comunicação, facilitando a transparência da Casa. A homenagem a ele é justa, oportuna e necessária. Ele deixa um legado e um patrimônio importante. Revelou habilidade na escolha dos comandos da Agência, TV



Renan (D) conversa com servidores da Secretaria Especial de Comunicação Social, ao lado de Mesquita (2º à dir.)

e Rádio Senado. Sempre foi dedicado e competente.

Da mesma forma, Romero Jucá (PMDB-RR) registrou a admiração pelo jornalista que deixa o Senado. Para o senador, se os meios de comunicação da Casa levam a palavra do Parlamento aos cidadãos, isso muito tem a ver com a

competência dele, um nome associado à comunicação do Legislativo, que pediu por livre vontade o afastamento da direção da Secretaria de Comunicação Social.

Vital do Rêgo (PMDB-PB) também juntou-se aos que elogiaram o jornalista, para enaltecer o trabalho dele.

— Estou há dois anos nesta Casa e me orgulho de viver este momento importantíssimo da comunicação exercida pelo Senado, que foi construída pelas mãos deste jornalista que merece, no momento em que conclui esta passagem brilhante, gesto como este e de tantos outros senadores.

Das 11 comissões da Casa, 9 já têm comando

O Senado definiu na semana passada o comando de quase todas as comissões permanentes. Das 11, 9 já têm presidente e vice-presidente.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) elegeu Lindbergh Farias (PT-RJ) como presidente e Sérgio Souza (PMDB-PR) como vice. Lindbergh disse que a prioridade são os temas do pacto federativo. Ele espera ver o projeto que trata das alíquotas do ICMS aprovado até o final de março.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) escolheu Fernando Collor (PTB-AL) e Sérgio Petecão (PSD-AC) como presidente e vice, respectivamente. Collor criticou

o enfraquecimento das comissões do Senado e pediu aos colegas que resgatem o poder de fiscalização dos colegiados.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) tem Ricardo Ferraço (PMDB-ES) como presidente e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) como vice-presidente.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) escolheu, respectivamente, Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Anibal Diniz (PT-AC). Uma das prioridades de Vital é aprovar a PEC 15/11, que transforma os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias, com o objetivo de desafogar os tribunais superiores, como

o Supremo Tribunal Federal.

Na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Blairo Maggi (PR-MT) é o novo presidente e Eduardo Amorim (PSC-SE), o vice.

— Se o produtor não cuidar bem do meio ambiente em que vive, ele não terá futuro — afirmou Blairo.

Na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), foram eleitos Cyro Miranda (PSDB-GO) para presidente e Ana Amélia (PP-RS) para vice.

Ferrovias

Waldemir Moka (PMDB-MS) assumiu a presidência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), tendo Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) como vice. Vanessa também foi eleita presidente da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) elegeu como presidente Benedito de Lira (PP-AL) e vice Acir Gurgacz (PDT-RO). Benedito disse que o país precisa de ferrovias para escoar a produção agrícola:

— A produção nacional é transportada em caminhões, o que demanda custos. Por isso, o custo Brasil é alto.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) elegeu Ana Rita (PT-ES) para presidente e João Capiberibe (PSB-AP) para vice-presidente.

Ainda serão escolhidos os presidentes das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- SEGUNDA**
 - PLENÁRIO Pronunciamentos**
14h A sessão será destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.
 - PRESIDÊNCIA Comunicação**
11h30 O senador Renan Calheiros participa de reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso.
- TERÇA**
 - CAE Desconto em faculdade**
10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa desconto em pagamento de faculdade por disciplina não cursada.
 - CDH Audiência com ministras**
10h A Comissão de Direitos Humanos promove debate com ministras Eleonora Menicucci, Maria do Rosário e Luiza Bairos.
 - CE Construção de escolas**
11h A Comissão de Educação analisa condições mínimas para construir escolas.
 - CMMC Plano de trabalho**
11h A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas examina plano de trabalho do relator, deputado Sarney Filho.
 - CMA Combustíveis poluentes**
11h30 A Comissão de Meio Ambiente vota emendas a projeto sobre redução de consumo de combustíveis poluentes.
- QUARTA**
 - CDR Eleição de presidente e vice**
14h30 Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o biênio 2013–2014.
 - CONGRESSO Royalties e Orçamento**
19h O Congresso examina veto ao projeto da Lei dos Royalties. Em seguida, os parlamentares deverão votar o projeto da Lei Orçamentária 2013.
 - CI Indústria petrolífera**
8h30 A Comissão de Serviços de Infraestrutura vota extensão de incentivos à indústria petrolífera a toda a área da Sudene.
 - CAS Saúde na pauta**
9h A Comissão de Assuntos Sociais analisa projeto sobre certificação de hospitais e proposta que confere validade nacional a receitas médicas e odontológicas.
 - CCJ Processos de adoção**
10h Na pauta da Comissão de Constituição e Justiça, projeto que dá prioridade à tramitação de processos sobre guarda e adoção de criança ou adolescente.
 - CONGRESSO Dia da Mulher**
11h Sessão solene para comemorar o Dia Internacional da Mulher, lançar a Procuradoria da Mulher no Senado e entregar o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2013.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Os novos presidentes

Abaixo, a lista dos novos presidentes das comissões permanentes do Senado no período 2013–2014. Apenas duas ainda não definiram o comando

- CAE Comissão de Assuntos Econômicos**
» Lindbergh Farias (PT-RJ)
- CCJ Comissão de Constituição e Justiça**
» Vital do Rêgo (PMDB-PB)
- CE Comissão de Educação, Cultura e Esporte**
» Cyro Miranda (PSDB-GO)
- CRE Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**
» Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
- CI Comissão de Serviços de Infraestrutura**
» Fernando Collor (PTB-AL)
- CDH Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**
» Ana Rita (PT-ES)
- CAS Comissão de Assuntos Sociais**
» Waldemir Moka (PMDB-MS)
- CMA Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**
» Blairo Maggi (PR-MT)
- CRA Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**
» Benedito de Lira (PP-AL)
- CCT Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**
» a definir
- CDR Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**
» a definir

Senado e Câmara vão ganhar novo Regimento Comum e portal na internet

Medidas administrativas somam-se ao corte de 25% das funções comissionadas no Senado e ao fim do serviço ambulatorial, para economia

O PRESIDENTE DO Congresso, Renan Calheiros, anunciou sexta-feira diversas medidas administrativas para o Senado e a Câmara dos Deputados. Ele informou que as duas Casas vão criar uma comissão mista para a reforma do Regimento Comum. Também disse que o Congresso terá um portal na internet, que vai se somar aos portais do Senado e da Câmara, já existentes.

Renan destacou que a decisão foi tomada em conjunto com o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e lembrou que o regimento atual é da década de 1970. A comissão mista responsável pela modernização terá 90 dias para concluir o trabalho.

Os representantes do Senado nesse colegiado serão Ana Amélia (PP-RS); Flexa Ribeiro (PSDB-PA); Jorge Viana (PT-AC); Lobão Filho (PMDB-MA), relator do projeto que atualiza o regimento do Senado; Romero Jucá (PMDB-RR) e Walter Pinheiro (PT-BA).

Sobre o portal a ser criado para o Congresso, Renan acrescentou que essa medida será acompanhada pela informatização do trâmite entre Câmara e Senado, com a substituição de documentos em papel impresso por meios eletrônicos. Isso inclui, por exemplo, textos de projetos de lei e de pareceres. Ele ressaltou que essas ações vão aperfeiçoar o fluxo de trabalho entre as duas Casas.

O presidente do Senado acrescentou que será feito

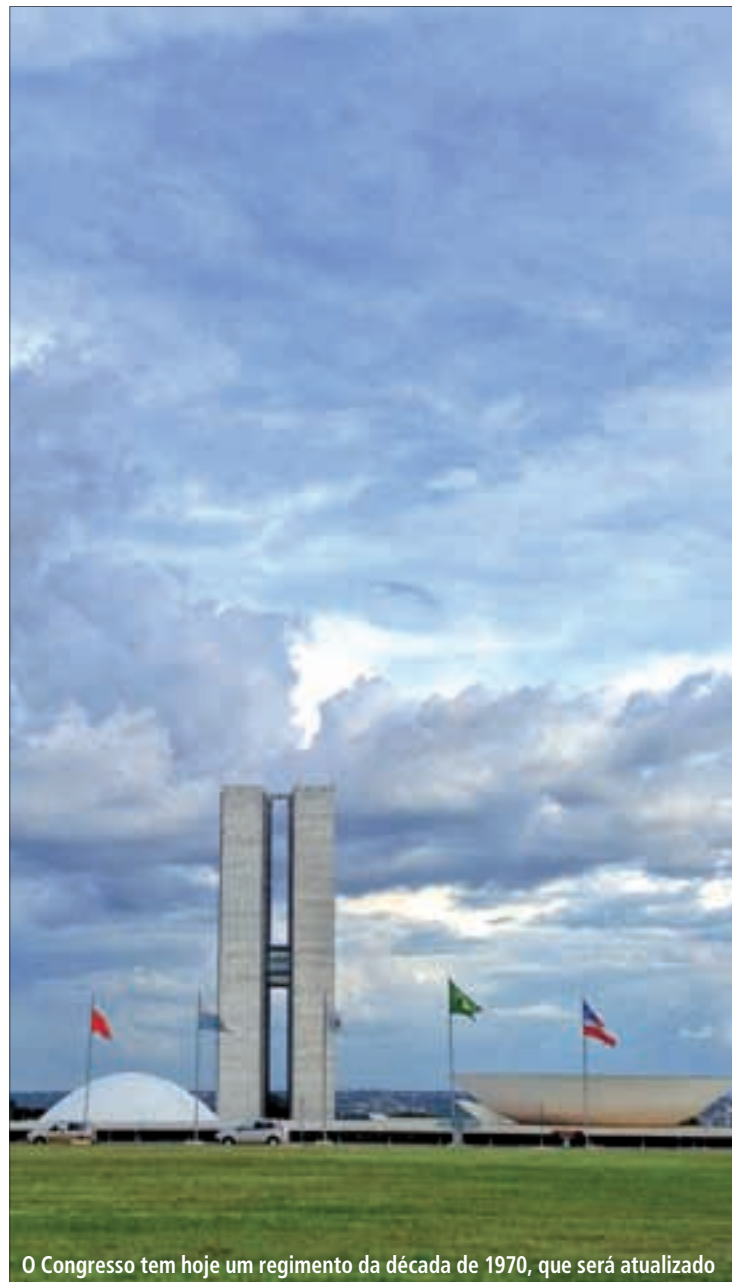
um corte de 25% de todas as funções comissionadas na estrutura da Casa. Segundo Renan, o Senado possui quatro desafios: promover a austeridade interna, tornar-se a instituição número um em termos de transparência, colaborar com uma agenda microeconômica que facilite o ambiente de investimentos e defender de forma inflexível a liberdade de expressão.

Serviço médico

O senador confirmou que estão sendo concluídos os termos de cooperação para que 92 médicos e outros profissionais de saúde do Senado, dos 146 existentes, sejam transferidos para os governos federal e do Distrito Federal. Em contrapartida, o Senado receberá profissionais da área de informática e de gestão de políticas públicas.

Ele justificou a medida argumentando que é necessário, entre outras razões, eliminar gastos. Renan frisou que o funcionamento do serviço médico demanda — além de profissionais de saúde — administradores, pessoal de informática, de orçamento público, segurança e outros.

Já estão sendo estabelecidos os critérios para definir a permanência dos profissionais de saúde, segundo o presidente do Senado. Ele acrescentou que todos os contratos referentes à Secretaria de Assistência Médica e Social (Sams) serão redimensionados. A utilização dos espaços



O Congresso tem hoje um regimento da década de 1970, que será atualizado

André Filipe

Na comissão

- » Ana Amélia (PP-RS)
- » Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
- » Jorge Viana (PT-AC)
- » Lobão Filho (PMDB-MA)
- » Romero Jucá (PMDB-RR)
- » Walter Pinheiro (PT-BA)

físicos, a reestruturação do órgão e o levantamento dos equipamentos que vão ficar no Senado são providências em andamento.

— A desativação representará uma economia direta e indireta de mais de R\$ 6 milhões — afirmou.

Senadores elogiam medidas de modernização e contenção de gastos

As medidas administrativas que visam à contenção de gastos e à modernização do Senado foram elogiadas por senadores presentes à sessão de sexta-feira.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) considerou saneadoras as providências anunciadas por Renan e lembrou que o Senado é um espelho para as demais Casas legislativas.

— O que fazemos aqui, para o bem e para o mal, é observado país afora, principalmente pelas assembleias e câmaras municipais. Salta aos olhos que o Senado na França custe

R\$ 1 bilhão ao povo francês e o nosso custe R\$ 3,5 bilhões ao contribuinte brasileiro — afirmou o senador.

Ferraço destacou o fim do 14º e 15º salários e disse ter esperança de que outros passos sejam dados para que o Senado possa dar uma resposta à sociedade e recupere a credibilidade perdida.

Vital do Rêgo (PMDB-PB) ressaltou que hoje Renan completa um mês na presidência da Casa e elogiou o fato de haver “uma agenda positiva” em busca da transparência e da modernização do Parlamento.

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), tem opinião semelhante. Para ele, todas as providências tomadas pela Mesa do Senado “conferem maior eficiência ao trabalho legislativo e vão ajudar a recuperar o prestígio da instituição”.

Para Renan, extinção de 14º e 15º salários é “fim de privilégio”

“Mais do que a economia, essa decisão caracteriza o fim de um privilégio.” Foi o que afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros, na sexta-feira, após a promulgação do Decreto Legislativo 210/13, que acaba com o pagamento de ajuda de custo aos parlamentares federais no início e no final de cada ano.

O ato, que contou também com a presença do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, foi realizado na sala de audiências da presidência do Senado.

— Isso significa que o Congresso vive um novo momento, está no rumo da austeridade e da transparência e está objetivando fazer mais com menos, que é o propósito também da sociedade — afirmou Renan.

Ele lembrou que em 2006, quando comandou o Senado pela primeira vez, acabou com as convocações extraordinárias e reduziu os recessos parlamentares para 30 e 15 dias, no fim e no meio do ano, respectivamente. Ressaltou ainda que o fim do pagamento dos chamados 14º e 15º salários dos senadores e deputados é só o início de um processo irreversível.

Mudanças darão mais eficiência à Casa, diz presidente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse em Plenário na sexta-feira que as novas medidas legislativas e administrativas darão mais eficiência aos trabalhos da Casa, tanto quanto a conclusão da reforma administrativa.

— Continuaremos buscando aumentar a eficiência do Senado e torná-lo a instituição número um em transparência. Onde encontrarmos um privilégio, vamos eliminá-lo — prometeu Renan.

O senador confirmou a realização de uma sessão do Congresso amanhã, às 19h, para o exame dos vetos dados pela presidente da República, Dilma Rousseff, ao projeto da Lei dos Royalties do petróleo.

Mais de 3 mil vetos presidenciais aguardam análise pelo Congresso Nacional. Destes, 1.478 deverão ser declarados prejudicados por tratarem de temas que já perderam efeitos legais. Ainda assim, segundo Renan, será aberto prazo para recursos, conforme o Regimento Comum do Congresso Nacional.



Jane de Araújo/Agência Senado

Senadores comentam as medidas administrativas na sessão em que Renan anunciou reforma do Regimento Comum

Projeto transfere à pasta parte das competências do Ministério do Desenvolvimento. Estrutura deverá ser vinculada à Presidência da República

Criação da Secretaria da Pequena Empresa abrirá reunião da CAE

A CRIAÇÃO DA Secretaria da Micro e Pequena Empresa, ligada à Presidência da República, é o primeiro item na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Projeto de lei da Câmara (PLC) institui a pasta, com o objetivo de formular políticas e programas de fortalecimento das microempresas, das empresas de pequeno porte e do artesanato.

De acordo com o texto (PLC 112/12), a nova secretaria vai absorver parte das competências e dos servidores do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A matéria conta com parecer favorável do relator, Walter Pinheiro (PT-BA). Se for aprovada na CAE, a proposta segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, logo depois, para o Plenário.

Também está na pauta Projeto de Lei do Senado (PLS) 345/12, que determina aos cartórios de registros de imóveis a comunicação ao poder público municipal de transferências de titularidade da propriedade ou domínio de imóveis urbanos.

Pelo texto, de José Pimentel (PT-CE), os oficiais de registro de imóveis passam a ter 30 dias para fazer o comunicado ou incorrerão em infração disciplinar. A relatora, Ana Amélia (PP-RS), deu parecer favorável à matéria.

A parlamentar chama a atenção para os transtornos causados pela falta de atualização dos cadastros das prefeituras. O projeto também será apreciado pela CCJ, em decisão final.

A CAE vota ainda, em turno suplementar, regulamentação para guarda de valores e objetos em cofres bancários. A matéria a ser analisada é um substitutivo do ex-senador Marco Antônio Costa ao PLS 627/11, de Humberto Costa (PT-PE).



Comércio popular na Rua 25 de Março, em São Paulo: nova secretaria deve formular políticas e programas de fortalecimento

Novo modelo para financiar campanhas

Um novo modelo para o financiamento de campanhas eleitorais também deve ser discutido na reunião da CAE. Na pauta da comissão, está o projeto que cria o Fundo Republicano de Campanha, mudando as regras de doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas.

De autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 140/12 modifica a Lei das Eleições (Lei 9.504/97), acrescentando a ela novos artigos para disciplinar as contribuições.

Pelo texto do senador, as doações de pessoas físicas e jurídicas aos candidatos serão divididas em três partes iguais: para a conta de campanha do candidato, para as contas do partido e para o Fundo Republicano de Campanha.

A proposta prevê ainda que o fundo, destinado ao custeio da campanha de todos os candidatos, também seja constituído por um terço das doações aos partidos e coligações, pelas doações feitas diretamente a ele e por dotações orçamentárias.

O relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), disse que, apesar do mérito da proposta, é preciso criar regras de transição do modelo atual — em que as doações costumam ser feitas aos candidatos.

Ele apresentou substitutivo propondo que 45% das doações sejam destacadas para compor o Fundo Republicano e os demais 55% fiquem com o candidato. Com isso, fica excluída da proposta a parte destinada ao partido. O projeto será apreciado pela CAE em dois turnos antes de seguir para a CCJ.



Projeto cria Fundo Republicano de Campanha, mudando regras de doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas

Desconto para disciplinas não cursadas em universidades

Estudantes poderão, em breve, conseguir desconto na mensalidade de cursos em instituições privadas de ensino superior caso aproveitem disciplinas já cursadas ou adiem alguma matéria. A proposta também está na pauta da reunião de amanhã da CAE.

O PLS 314/12, de autoria do ex-senador Cidinho Santos, acrescenta inciso ao artigo 1º da Lei 9.870/99, que trata do valor total das anuidades escolares.

O objetivo é assegurar desconto na anuidade ou na semestralidade do curso de ensino superior, por disciplina não cursada ou já cursada com aproveitamento. O desconto deve ser proporcional à parcela referente à disciplina não cursada.

Na justificativa do projeto, Cidinho Santos explica que muitas instituições particulares de ensino superior cobram valores fixos pelos cursos, não concedendo os devidos

descontos àqueles alunos que não podem ou não querem cursar determinada disciplina no semestre regular.

A mesma regra se aplica aos alunos que tiveram aproveitamento de disciplinas anteriormente cursadas.

Na prática, se um universitário já tiver cursado com aprovação três disciplinas de um total de seis sugeridas para aquele semestre, terá de pagar integralmente por todas elas. Na opinião de Cidinho,

essa cobrança pode ser considerada abusiva.

A relatora da matéria na comissão, Lúcia Vânia (PSDB-GO), deu parecer favorável à proposta. Depois de apreciado pela CAE, o projeto segue à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde será analisado em decisão terminativa.

A reunião da comissão está marcada para as 10h de amanhã, na sala 19 da Ala Alexandre Costa.

Souza destaca papel de comissão sobre pacto federativo

O vice-presidente da CAE, Sérgio Souza (PMDB-PR), fez na sexta-feira uma previsão dos temas importantes a serem tratados pelo colegiado nos próximos dois anos.

Segundo ele, os parlamentares terão que enfrentar questões relevantes como a repactuação das dívidas dos estados e dos municípios, a unificação do ICMS, a revisão do pacto federativo, bem como a adoção de medidas de incentivo à produtividade e à eficiência de diferentes setores da economia nacional.

— Trata-se de uma agenda legislativa intensa e importante para aprimorar o pacto federativo. A CAE vai realizar debates e votar matérias que promovam a eficiência e melhorem o ambiente econômico do Brasil — disse.

O senador elogiou a condução da política econômica por parte do governo e ressaltou que a economia brasileira se mantém sólida, mesmo após a crise iniciada nos Estados Unidos em 2008 e a atual crise dos países da Zona do Euro.

Ana Amélia cobra medidas de apoio a suinocultores

Ana Amélia (PP-RS) cobrou do governo federal, na sexta-feira, providências para evitar que a suinocultura brasileira continue a conviver com o quadro de crise do ano passado.

Em discurso no Plenário, ela afirmou que os produtores podem ser obrigados a abandonar as atividades, uma vez que estão pressionados pela defasagem de preços e pelo aumento dos custos.

— Esta vem sendo considerada a maior crise de todos os tempos — comentou.

A senadora lembrou que, em 2012, foram negociadas medidas de apoio com o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, que possibilitaram a sobrevivência do setor. Porém, segundo Ana Amélia, a situação ainda é crítica, com o produtor recebendo entre cinco e dez centavos de real por quilo de carne. Para ela, essa margem é insustentável.

— Qual a motivação para o setor continuar a investir e produzir? — questionou.



Jose Cruz/Agência Senado



Jose Cruz/Agência Senado

Veto à Lei dos Royalties será examinado amanhã

Senadores e deputados vão votar o projeto da lei orçamentária de 2013 após analisarem os vetos presidenciais, conforme informou o presidente do Congresso depois do anúncio da convocação

SENADORES E DEPUTADOS vão se reunir amanhã às 19h para votar os vetos presidenciais à Lei dos Royalties do petróleo. A convocação foi confirmada sexta-feira pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros.

O senador ressaltou a necessidade de o Congresso analisar os mais de 3 mil vetos que estão na pauta, completando o processo legislativo. Após a votação dos vetos presidenciais, como confirmou o presidente do Senado, será analisado o projeto da lei orçamentária de 2013.

— Independentemente das nossas posições políticas, é nossa obrigação dar a palavra final sobre os vetos que foram se acumulando ao longo dos anos. O veto é a última palavra do processo legislativo e deve ser apreciado — afirmou.

Dos cerca de 3.200 vetos que estão na pauta, 1.478 pelo menos devem ser declarados prejudicados porque são referentes a temas que já perderam efeito legal. Mas Renan esclareceu que deputados e senadores poderão apresentar recurso contra essa decisão, conforme prevê o Regimento.



Distribuição dos recursos pela exploração do petróleo gera polêmica no Congresso

Senadores alertam para o risco de omissão

Vários senadores se manifestaram sobre a votação dos vetos e alertaram sobre a necessidade de o Congresso não se omitir sobre o assunto.

Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o não exercício da atribuição legislativa por parte do Congresso também é grave e contribui para a perda de credibilidade do Legislativo.

— Sem deliberação dos vetos, o processo fica encruado. O Congresso não tem exercido sua obrigação, que é dar a palavra final no processo

legislativo. É uma mora vergonhosa no cumprimento das obrigações — afirmou.

O senador disse ainda não ser prudente colocar o Orçamento em votação amanhã, antes dos vetos, apesar de o Supremo Tribunal Federal já ter decidido não ser necessário respeitar a ordem cronológica.

— Teremos uma lei orçamentária aprovada em confronto direto com a Constituição, que vem sendo descumprida. Temos que corrigir isso — opinou Aloysio.

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), é um momento oportuno para que os legisladores façam uma autocrítica.

— O que acontece, que a opinião pública se afasta de nós? E por que o Supremo tem que, por vezes, legislar por nós? Pode ser um momento favorável para que autocrítica seja feita a fim de que possamos corrigir uma série de problemas, como falta de debates, a ausência do Plenário, a submissão ao Poder Executivo — disse Cristovam.

Marco regulatório da mineração deve ser logo enviado ao Congresso, diz Vital

Vital do Rêgo (PMDB-PB) fez um apelo ao governo, sexta-feira, pelo envio da proposta de marco regulatório da mineração. Com apoio de Romero Jucá (PMDB-RR), defendeu que o texto seja enviada ao Congresso via projeto de lei com urgência constitucional, e não por meio de medida provisória, abrindo, assim, a possibilidade de uma análise melhor.

— A legislação já está bem

parecida com uma colcha de retalhos. Nosso Código de Minas é de 1940 — comentou.

Na opinião do senador, o código atual obedece mais a padrões burocráticos que técnicos, dando margem a artifícios jurídicos para manter títulos [de exploração] inoperantes.

A expectativa é de que a proposta chegue ao Congresso ainda este mês e inclua a criação da Agência Nacional de Mineração.



José Cruz/Agência Senado

Raupp sugere ao governo planejamento e gestão sobre a malha ferroviária

Valdir Raupp (PMDB-RO) recomendou ao governo planejamento e gestão eficiente na aplicação dos recursos na ampliação da malha ferroviária. Ele lembrou que a presidente Dilma Rousseff lançou, em agosto, pacote para estimular investimentos de R\$ 133 bilhões em rodovias e ferrovias nos próximos 25 anos.

— Faço votos de que o pacote logístico traga para o

setor não apenas o aporte de recursos necessários para a retomada das ferrovias, mas também um choque de gestão — disse.

O pacote, explicou Raupp, vai ampliar, em parceria com a iniciativa privada, 10 mil quilômetros de ferrovias e 7,5 mil quilômetros de rodovias, a maior parte em duplicação de vias.

— Esperamos que uma longa história de descaso esteja chegando ao fim — disse.



José Cruz/Agência Senado

Aloysio afirma que Dilma se apropria de realizações que não são suas

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou a conduta da presidente Dilma Rousseff em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, realizada quarta-feira.

— Em vez de ouvir [os conselheiros] sobre os problemas que afetam o país, a presidente engatou a marcha de velocidade de campanha para apropriar-se de realizações que não são suas e atacar adversários.

O alvo, disse, foi o Cadastro Único para Programas Sociais. Segundo ele, o cadastro tem 19,5 milhões de famílias

porque um ano e meio após sua criação, em 2001, o governo FHC listou 9,3 milhões de famílias.

Cristovam Buarque (PDT-DF) considerou estranho o governo

comemorar o aumento de beneficiários no Bolsa Família, afirmando que uma redução é que deveria ser comemorada.



José Cruz/Agência Senado

Renan acredita em economia maior em 2013

Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que acredita na recuperação da economia brasileira em 2013. Sexta-feira o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o produto interno bruto (PIB) cresceu 0,9% em 2012, totalizando R\$ 4,4 trilhões. Esse é o pior desempenho da economia desde 2009, quando foi registrada uma queda de 0,3%.

— Nós estamos vivendo uma crise econômica mundial, nossos compradores estão comprando menos. Mas eu tenho a absoluta convicção de

que este ano vamos crescer mais, e o papel do Congresso é colaborar para que isso aconteça — disse o senador.

Segundo Renan, o crescimento da economia passa pela retomada de investimentos e reformas microeconômicas.

— O anúncio [do IBGE] alerta o Brasil. Nós precisamos voltar a crescer, essa é a nossa vocação. Precisamos retomar os investimentos públicos, os privados e fazer o dever de casa. Continuar com as reformas para que o Brasil cresça e mantenha fortalecido seu mercado interno — afirmou.

PIB abaixo do esperado recebe crítica

O baixo crescimento do produto interno bruto (PIB) de 2012 — 0,9%, segundo o IBGE — gerou críticas de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Para ele, o governo precisa mudar sua política econômica imediatamente, com medidas sérias e abrangentes.

Segundo o senador, o índice abaixo dos 4% esperados pelo governo mostra que o país não está se desenvolvendo.

— “Pibinho” é muito grave porque é o índice que mostra que as políticas econômicas do governo fracassaram.

Aloysio disse que a soma do baixo

PIB com o aumento da inflação torna-se mais preocupante. Para ele, o motivo principal não é a crise, mas a falta de políticas internas eficazes.

— A crise internacional afeta também o Chile, que cresceu mais que o Brasil. A Venezuela, que está sem governo, cresceu mais que o Brasil.

Segundo o senador, a política de desoneração para estimular o consumo não está dando resultados, e o PIB baixo acaba afetando o salário mínimo e outros recursos destinados a setores do governo.

Na prática, projeto estende a Minas Gerais e ao norte do Espírito Santo benefícios destinados a estimular obras de infraestrutura do setor

Comissão vota incentivo à indústria petrolífera em toda a área da Sudene

TODA A ÁREA da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) poderá ser incluída no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera (Repenec). É o que prevê projeto a ser votado na quarta-feira pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O Repenec concede benefícios relativos ao PIS-Pasep, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e ureia a partir do gás natural. O objetivo é estimular obras de infraestrutura nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Na prática, o projeto inclui no regime municípios de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo, que são abrangidos pela Sudene.

Pelo PLS 68/11, de autoria de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o Repenec terá vigência de quatro anos, para que os novos estados incluídos possam fruir do regime tributário e habilitar novos projetos.



Homem trabalha no Polo de Camaçari (BA): projeto de Ferraço tem parecer favorável

Agência Petrobras

Na opinião do parlamentar, o regime é um importante instrumento de política pública para estimular indústrias do setor petrolífero, impedindo, dessa forma, “uma excessiva dependência do país em relação à exportação de petróleo bruto e ajudando na redução das desigualdades regionais”.

O relator da matéria na CI, Armando Monteiro (PTB-PE), afirma que não há razão para que a região da Sudene, que historicamente vem sendo favorecida por estímulos destinados a reduzir as desigualdades regionais, seja excluída de benefícios com

forte impacto no desenvolvimento econômico, como é o caso do Repenec. De acordo com o senador, o resultado da inclusão da área da Sudene vai aumentar a produção nacional e gerar mais empregos.

Em texto substitutivo, Armando propõe a extensão dos segmentos beneficiários do Repenec, com a inclusão de todos os produtos e subprodutos (amônia, ureia, melamina, metanol, ácido acético e ácido fórmico) referentes ao projeto do complexo gás-químico que está em fase de desenvolvimento no Espírito Santo.

A CI vai analisar a matéria em caráter terminativo. Assim, se o projeto for aprovado, não precisará passar pelo Plenário e seguirá direto para a Câmara.

Bicicletas

Também será analisado em caráter terminativo na CI projeto que garante o transporte de bicicletas desmontadas como bagagem em ônibus interestaduais e internacionais. A intenção é diminuir os problemas enfrentados pelos ciclistas que precisam se deslocar em ônibus interestaduais. O autor do PLS 113/11 é Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Ana Amélia lê nota da Petrobras

Ana Amélia (PP-RS) leu no Plenário a informação que recebeu da Petrobras a respeito da participação da indústria nacional num projeto de quatro plataformas de exploração encomendadas pela estatal. No texto, a empresa esclarece que a maior parte dos serviços será executada por estaleiros nacionais, com apenas 3% de encomendas à China.

A senadora justificou o interesse no tema observando que, no Rio Grande do Sul, estado que representa, há um polo naval importante para a diversificação da indústria local. Também lembrou que vem da presidente Dilma, desde o período em que integrava a equipe ministerial do governo Lula, estímulos importantes para o desenvolvimento da indústria naval no país. Ela destacou a importância do segmento, por agregar tecnologia e valor à produção.

Ana Amélia, no entanto, criticou a forma escolhida pela Petrobras para enviar-lhe a informação sobre o assunto — a cópia de uma correspondência enviada ao jornal *O Estado de S. Paulo*.

— Acho que um senador poderia merecer um pouquinho mais de atenção.

Duas audiências debatem a MP dos Portos

A comissão mista que analisa a MP 595/12, sobre a exploração de portos pela União e as atividades dos operadores portuários, faz duas audiências públicas nesta semana: amanhã e quarta-feira. Entre os convidados, estão o presidente da Federação Nacional dos Estivadores, Wilton Ferreira Barreto, e o presidente da Federação Nacional dos Portuários, Eduardo Guterra.

Os empresários devem ser ouvidos semana que vem, segundo plano de trabalho proposto pelo relator, Eduardo Braga (PMDB-AM). Depois será a vez de representantes

do governo federal. A MP é polêmica e tem recebido o apoio de empresas exportadoras, mas sofrido críticas dos sindicalistas, que apontam perda de direitos trabalhistas.

Outras seis comissões mistas de medidas provisórias têm reunião esta semana. Amanhã, por exemplo, haverá audiência pública na comissão encarregada da MP 605/13, que possibilita redução nas tarifas de energia elétrica. Representantes da Eletrobras, de distribuidores, de produtores e de consumidores vão debater a proposta.

Conforme a Constituição,

as medidas provisórias têm força de lei, mas precisam ser submetidas ao Congresso. Elas vigoram por 60 dias, podendo ser prorrogadas uma vez por igual período. Caso não sejam votadas pelos parlamentares em até 45 dias contados da publicação, entram em regime de urgência, trancando a pauta do Plenário. Se a MP for aprovada sem alterações, é promulgada pelo Congresso, sem necessidade de sanção. Se alterada, passa a tramitar como projeto de lei de conversão (PLV) e, se aprovada, vai a sanção presidencial.

Outras medidas em análise nesta semana

MP 597/12 Isenta de Imposto de Renda (IR) trabalhadores que recebem até R\$ 6 mil a título de participação nos lucros e resultados. Apresentação do cronograma de trabalho. Sala 3 da Ala Alexandre Costa, às 14h30.

MP 601/12 Trata da prorrogação do Regime Especial de Reintegração de Valores (Reintegra) para as empresas exportadoras e da desoneração da folha de pagamento do setor de construção civil, entre outros assuntos. A comissão se reúne para apresentar o cronograma de trabalho às 10h, no Plenário 2 da Ala Nilo Coelho.

MP 606/13 Autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em projetos de infraestrutura logística em obras de rodovias e ferrovias; dispõe sobre o seguro de crédito à exportação; e institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Reunião de instalação da comissão e eleição do presidente e do vice-presidente, às 14h, no Plenário 6 da Ala Nilo Coelho.

MP 607/13 Modifica o Benefício para Superação da Extrema Pobreza. Reunião de instalação da comissão e eleição do presidente e do vice, às 14h15, no Plenário 2 da Ala Nilo Coelho.

MP 587/12 Autoriza o pagamento de valor adicional ao benefício Garantia-Safra para a safra 2011–2012 e amplia, para o ano de 2012, o Auxílio Emergencial Financeiro. Apreciação do relatório, às 14h30, no Plenário 7 da Ala Alexandre Costa.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Jucá e Cristovam dizem que STF acertou ao manter piso do magistério

Na semana passada, o tribunal mais alto do país voltou a decidir que o piso salarial dos professores das escolas públicas é constitucional

OS SENADORES ROMERO Jucá (PMDB-RR) e Cristovam Buarque (PDT-DF) comentaram a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que confirmou a constitucionalidade do piso salarial dos professores em todo o território nacional. O piso foi criado pela Lei 11.738/08.

— Quero manifestar minha satisfação porque finalmente nenhuma contestação poderá ser feita por governadores ou prefeitos — afirmou Cristovam.

Ele, porém, admite haver municípios que não tenham como pagar. Quanto aos estados, ele disse não acreditar que haja algum sem condições de bancar o custo. Para as prefeituras que não têm recursos suficientes, o senador defende a federalização da educação, ou seja, o ônus seria assumido pelo governo federal.

— O piso, que ainda é muito baixo, foi o primeiro passo de uma luta que ainda vai durar muito tempo — disse.

Romero Jucá, por sua vez, disse estranhar que outros senadores, em seus discursos, não tenham citado essa decisão que beneficia os professores. O foco dos pronunciamentos, observou ele, centrou-se em outra decisão do STF, que derrubou a liminar que exigia análise dos



Assim como Jucá (abaixo, à esq.), Cristovam comemora decisão: "Nenhuma contestação poderá ser feita por governadores ou prefeitos". Acima, professora do Rio de Janeiro

vetos presidenciais por ordem cronológica de chegada ao Congresso Nacional.

Na avaliação de Jucá, a manutenção do piso dos professores, que "passou quase despercebida", é importante para melhorar a qualidade da educação.

A lei que instituiu o piso salarial nacional teve origem num projeto de Cristovam, aprovado no Congresso e sancionado em 2008 pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. Um grupo de governadores entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade contra o piso, mas o STF acabou por endossar a constitucionalidade da iniciativa. Mais recentemente, quatro governadores voltaram a contestar o piso. Mas o STF reafirmou, em decisão anunciada na quarta-feira



passada, a constitucionalidade do piso salarial do magistério.

Saúde

No mesmo pronunciamento, Jucá fez um apelo ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para que autorize reajuste dos valores pagos em diárias para tratamento fora do domicílio (TFD). Segundo o senador, esse tipo de procedimento médico é necessário por não haver tratamento especializado para determinadas enfermidades em municípios da Região Norte, o que exige que as pessoas se desloquem para cidades do Centro-Oeste e do Sudeste.

O senador destacou que o valor das diárias está congelado há vários anos. Segundo ele, o reajuste vai melhorar as condições de tratamento desses cidadãos, já fragilizados.

Jucá comemorou ainda o primeiro mês de trabalhos do Senado sob a presidência de Renan Calheiros. Na opinião dele, a Mesa tomou importantes e duras decisões no âmbito da reestruturação da Casa, como cortes de gastos. Para ele, as medidas adotadas por Renan, trabalho iniciado pelo ex-presidente José Sarney (PMDB-AP), vão contribuir para a valorização do Senado.

Proposta dá validade nacional a receitas médicas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode votar em decisão terminativa, nesta quarta-feira, projeto de Jaime Campos (DEM-MT) que confere validade nacional a receitas médicas e odontológicas.

O senador ressalta que a legislação em vigor não permite a venda de medicamentos aos portadores de receitas assinadas por médicos e dentistas registrados em conselhos regionais de estados diferentes daqueles em que se busca adquirir os remédios. O objetivo da proposta (PLS 325/12), explica Jaime, é garantir a continuidade do tratamento quando o paciente sai do estado.

A comissão analisa ainda, em decisão terminativa, o PLS 126/12, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que obriga hospitais, públicos ou privados, vinculados ou não ao Sistema Único de Saúde (SUS), a passarem por avaliações periódicas e processos de certificação de qualidade. A autoridade sanitária estabelecerá, em regulamento, a metodologia e os indicadores a serem adotados.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Projeto fixa requisitos físicos mínimos de nova escola

O primeiro projeto da pauta da reunião de amanhã da Comissão de Educação e Cultura (CE) estipula condições mínimas para a construção e o aparelhamento de escolas da educação básica. De Cristovam Buarque (PDT-DF), o PLS 525/09 recebeu voto favorável, na forma de substitutivo apresentado pela relatora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

A matéria terá decisão

terminativa na CE, única comissão do Senado a analisá-la.

O texto original institui o habite-se escolar, que passa a ser necessário para o funcionamento de creches, pré-escolas, centros de educação infantil, escolas de ensino fundamental e escolas de ensino médio.

As condições mínimas de construção e de equipamentos serão estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Prefeitos e governadores que comprovadamente tenham autorizado construções fora dos padrões estabelecidos passam a ser inelegíveis enquanto durar a apuração das irregularidades cometidas.

O voto e o substitutivo apresentados por Maria do Carmo Alves modificam bastante o projeto original. Segundo ela, a Lei Complementar 64/90 já estipulou os casos de

inelegibilidade, o que não pode ser alterado por projeto de lei ordinária. Além disso, assinala que a Lei Complementar 95/98 impede a edição de normas avulsas para tratar de temas já abordados em diplomas legais vigentes. Assim, sugere a inclusão das mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). De acordo com a relatora, o substitutivo preserva a ideia original do autor.

Ferraço pede que governo suspenda despejo de instituto para cegos

Na tentativa de evitar o fechamento de uma entidade que atende a 400 deficientes visuais do Espírito Santo, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) fez apelo à ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para sustar o despejo do Instituto Luiz Braille, de Vitória. A Secretaria do Patrimônio da União cobra da instituição R\$ 300 mil por taxas não pagas de ocupação

de terreno de marinha.

Como o Instituto Luiz Braille mantém-se com o trabalho de voluntários e com donativos, não tem condições de quitar a dívida e escapar do despejo. Segundo o senador, a interrupção das atividades privaria mais de 400 pessoas de um ambiente para o desenvolvimento de suas potencialidades, em busca de qualificação

para o mercado de trabalho, de autonomia financeira e de dignidade pessoal.

Ferraço é relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de propostas que tratam das taxas por ocupação de terreno de marinha. Para ele, a cobrança é uma herança do Império que traz "angústia e sofrimento" a mais de 1 milhão de brasileiros.



União cobra taxas sobre ocupação de terreno de marinha, diz senador

Gim quer plano de saúde sem carência para parto de risco

A fixação de carência de até 300 dias para parto definida por planos e seguros privados de saúde poderá ser proibida em algumas circunstâncias. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) deverá analisar essa restrição, prevista em projeto (PLS 6/13) do senador Gim (PTB-DF).

A proposta livra da exigência as gestantes menores de 16 anos, as portadoras de deficiência física, sensorial ou mental e as que enfrentam gravidez de risco. Nesses casos, a empresa de planos de saúde ficará proibida de estipular qualquer período de carência para a realização de exames e acompanhamento pré-natal, tratamentos obstétricos e partos.

Gim argumenta ser necessário oferecer um tratamento diferenciado a gestantes em situação de vulnerabilidade.

Comissão vota amanhã metas de redução de combustíveis poluentes

Projeto apresentado por Gim obriga montadoras a fabricar carros que consumam menos combustível e poluam menos o ambiente

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vota amanhã, em decisão terminativa, emendas a um projeto de Gim (PTB-DF) que estabelece metas de redução de consumo de combustíveis poluentes.

O PLS 55/08 determina que os fabricantes apresentem planos de adequação para veículos automotores comercializados no Brasil, de modo a assegurar, no prazo de cinco anos, redução de 10% do consumo de combustível.

Determina também que o órgão técnico competente estabelecerá os procedimentos de medição, certificação e licenciamento dos níveis de consumo dos veículos.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relator da matéria, argumentou que o projeto pressupõe um determinado valor de consumo, um conceito que apresenta problemas para ser aferido, em especial devido à utilização de diferentes combustíveis pelos motores flex. Ele diz que não há um método universalmente aceito para as medições, o que torna praticamente impossível ao poder público averiguar se as montadoras estão cumprindo tal exigência.

Nas duas emendas que apresentou, o senador sugere estabelecer metas de emissão de dióxido de carbono para veículos novos. O limite passaria a ser de 120 gramas de dióxido de carbono por quilômetro para os veículos leves fabricados a partir de janeiro de 2016 e de 95 gramas para os veículos leves fabricados a partir de janeiro de 2020.

Postos

Amanhã também deve ser votado o PLS 353/11, que determina aos postos de combustíveis que informem os preços na página eletrônica da

Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O projeto, de Ivo Cassol (PP-RO), determina a divulgação do preço atualizado e efetivamente cobrado de cada tipo de combustível ofertado, líquido ou gasoso, derivado de petróleo, álcool e outros combustíveis renováveis automotivos.

O objetivo, segundo o senador, é orientar o consumidor a encontrar o posto de revenda de combustível que ofereça o produto com o preço mais baixo, uma vez que “esse gasto representa importante parcela das despesas das famílias”.



Veículos liberam fumaça poluente: texto em análise no Senado obriga montadora a produzir carros mais eficientes



Flexa, que apresentou emendas à proposta elaborada por Gim

Viana quer pena maior para crimes em espaços públicos

O aumento das penas para crimes que ocorrem em espaços públicos poderá ser um grande aliado na redução do número de homicídios no Brasil, afirmou Jorge Viana (PT-AC).

Para o senador, o novo Código Penal, em discussão na Casa, deverá ajudar as políticas de segurança pública, para mudar as estatísticas que colocam o país no topo do ranking dos homicídios: esse tipo de crime atinge hoje 26 pessoas para cada grupo de 100 mil. Na Argentina e no Uruguai, a taxa é de 5 e 6 homicídios, respectivamente, para cada grupo de 100 mil.

Viana sugeriu a revisão das penas de homicídio e criticou a possibilidade de o condenado cumprir a pena em regime semiaberto.

— Não conheço nada que tenha mais valor que a vida.



Viana diz que assassino não deve cumprir pena em regime semiaberto

Colegiado misto sobre mudanças climáticas prepara plano de trabalho

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) se reunirá amanhã para examinar a proposta de plano de trabalho elaborada pelo relator, deputado Sarney Filho (PV-MA). O novo

relator foi designado na última quarta, quando também foram eleitos a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para presidente da comissão e o deputado Fernando Ferro (PT-PE) para vice.

O relator afirmou que, apesar de 2013 aparentar tranquilidade, por não ter grandes eventos internacionais previstos na área das mudanças climáticas, o ano deve ser de muito trabalho.

Criada em 2008, a comissão é formada por 13 deputados e 13 senadores. O objetivo da CMMC é acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Aprovar Estatuto da Juventude é prioridade, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse na sexta-feira que vai priorizar a aprovação do Estatuto da Juventude, que tramita no Senado. Ele falou a centenas de

juvens na Convenção Nacional da Juventude PMDB, no Auditório Petrólio Portella.

— Apoiar essa agenda juvenil, assumir desde já que vamos priorizar em 2013 a aprovação

do Estatuto da Juventude é o que nos dá muita satisfação e muito prazer — disse.

O estatuto da Juventude (PLC 98/11) estabelece diretrizes de políticas específicas para essa

faixa etária (15 a 29 anos), além de regras para acesso a espetáculos culturais, expedição da carteira estudantil, concessão de meia-entrada e reserva de assentos no transporte interestadual.

O texto original foi elaborado em 2004 pela Comissão Especial da Juventude da Câmara dos Deputados.

A proposta já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e está pronta para ser votada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Depois, será analisada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).



O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa da Convenção Nacional da Juventude PMDB, em auditório da Casa

Gim apresenta proposta sobre quiosques de serviços

Em caso de morte ou doença de quem explora atividades comerciais em quiosques e trailers instalados em área pública, o direito de uso será transferido aos parentes. É o que propõe Gim (PTB-DF) em projeto apresentado neste mês.

Pelo projeto (PLS 42/13), os beneficiários serão, por ordem, o cônjuge ou companheiro, os ascendentes e os descendentes.

Os quiosques e trailers abrigam serviços como bancas de revistas, jornais, livros, frutas e conserto de sapatos. A instalação depende de licença das prefeituras.

O senador lamenta que esses comerciantes deparem com a inexistência, no caso de morte ou invalidez, de uma garantia legal para que os dependentes não fiquem desamparados.



Gim quer garantir segurança a familiares de donos de quiosques